NEGRO É O INFERNO! UM ENSAIO SOBRE AS CORES DOS HOMENS, DOS DEMÔNIOS E DOS DEUSES

BLACK IS HELL! AN ESSAY ABOUT MEN'S COLORS, DEMONS AND GODS

Walker Douglas Pincerati¹
Docente da Unipampa
pincerati@gmail.com

Resumo: Neste texto, problematiza-se o par *negro.branco* na formação social brasileira, trabalhando a hipótese de que 'negro' não é cor, mas a metáfora do corpo do ser infernal. Estatísticas oficiais, a história da formação do Brasil, um enunciado de um Deputado Federal Pastor, o quadro *Libertação dos Escravos* de Pedro Américo (1889) e a história da construção das catedrais góticas medievais são evocadas para analisá-lo, o par, desde o ponto de vista linguístico-discursivo. Nota-se, destarte, uma longa história do alinhamento dos significantes *branco-luz-deuses-céu-liberdade...* e *negro-escuridão-demônios-inferno-escravidão...* atuando ainda no nosso país.

Palavras-chave: Negro; História do negro; História do Brasil; Iluminismo; Artes.

Abstract: The aim of this paper is to question the pair *black.white* in the Brazilian social construction. The hypothesis approached is that 'black' is not color, but a metaphor for the body of an infernal being. Official statistics, the history of the Brazilian formation, a Pastor and Federal Deputy's statement, the painting *Liberation of Slaves* (1889) by Pedro Américo, and the story of gothic cathedrals in the Middle Ages, are evoked as references for the analysis from a linguistic-discursive standpoint. It is worth mentioning that a long story of alignment of the signified *white-light-gods-heaven-freedom...* and *black-darkness-demons-hell-slavery...* are still in process in our country.

Keywords: Black people; Black people history; History of Brazil; Enlightenment; Arts.

¹ É professor adjunto da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA Jaguarão, doutor em Linguística pela UNICAMP, imortal da ALBSC seccional Jaraguá do Sul, pesquisador-convidado no Centro de Pesquisa *Outrarte*: psicanálise entre ciência e arte (IEL/UNICAMP).

1 Inferno dos negros

Como dizia o padre Viera, montava-se a nova versão do inferno nas terras desses longínquos Brasis. O inferno feito não mais da tinta vermelha da madeira, mas dos corpos dos escravos combinados às fornalhas dos engenhos.

Schwarcz e Starling (2015, p. 66)

1.1 Apresentação do ser negro no Brasil

Embora a Constituição de 1824 definisse como iguais a todos os homens livres, incluídos aí os libertos, na prática os descendentes de escravos foram sistematicamente excluídos das benesses do Estado. Não por acaso, nesse contexto de reivindicações generalizadas, os negros ganharam as ruas, defendendo seu direito de serem incluídos na nação e no Estado que ia se constituindo.

Schwarcz e Starling (2015, p. 254)

Como o desejo neste texto é provocar e avançar na reflexão sobre a formação do discurso racista vigente na sociedade brasileira; discurso esse que tem efeitos de sentidos nefastos – como logo se verá – no corpo dos homens e das mulheres não-brancos e não-brancas, não há como não começar com uma definição de *racismo*.

Contudo, como o objetivo aqui não é tratar especificamente do racismo, mas sim problematizar a *cor da pele* como fonte de mal-estar ao e no *corpo* do *ser negro*, tomarei a definição – longa, mas satisfatória porque abrange temas que surgirão adiante – dessa noção constante na *Introdução do Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010: Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça*, organizado e publicado pelo Laboratório de Análises Econômicas, Históricas, Sociais e Estatísticas das Relações Sociais (LAESER), nucleado no Instituto de Economia da Universidade do Rio de Janeiro (IE/UFRJ):

O preconceito social, étnico e racial denota uma predisposição psicológica de um indivíduo contra o outro que não lhe é igual em termos econômicos [...], fenotípicos [...] ou culturais [...]. Embora nem sempre isso ocorra, estes planos econômicos, fenotípicos e culturais podem estar mesclados, se reforçando mutuamente.

Esta predisposição parte de associações psicológicas entre o portador do preconceito e o alvo de seu menosprezo, associando-o – por ignorância, tradição, distúrbios mentais, ojeriza, ódio, má-fé ou por interesses puramente instrumentais de ganhos materiais, políticos e simbólicos com o rebaixamento da condição social de quem lhe é diferente – a algum conjunto de atributos negativos nos mais variados aspectos. *Tal sentimento*

não chega a se manifestar necessariamente através de uma prática discriminatória, podendo ser portata pelos sujeitos preconceituosos de forma oculta. Todavia, o preconceito atua no sentido do afastamento entre o sujeito e o objeto (na verdade, outros sujeitos) dos sentimentos preconceituosos. Quase inevitavelmente, em algum momento, este preconceito se revelará ao mundo em determinadas situações de contato interpessoais, especialmente diante de momentos de contenda. Assim, quando tais predisposições transcendem o aspecto puramente psicológico e se tornam uma prática social, elas se derivam para práticas discriminatórias. (PAIXÃO et al., 2010, p. 20-21; ênfase minha).

Antes de comentar essa citação, é importante assinalar que a noção de *corpo* operante aqui é simbólica. Ou seja, o corpo é entendido como *efeito* da inscrição no organismo do significante. Não se despreza, portanto, os efeitos psíquicos e psicossomáticos que incidem e constituem o corpo do homem e da mulher *de cor* desde seu nascimento ou mesmo antes dele. O padrão de beleza não é preto ou pardo; os anjos, os príncipes e as princesas nos desenhos infantis não são *de cor*; as árvores genealógicas dos pretos e pardos foram cortadas na escravidão... Muito mais poderia ser dito, mas isso basta para se considerar que o sofrimento do corpo negro é provocado no seio da civilização ocidental, onde vige a ideologia racista que antagoniza significativamente *branco* e *negro*.

Essa ideologia, que funciona em silêncio, tem se manifestado no Brasil de forma patente, dado o momento atual de forte dualismo e contendas na política nacional. Além do mais, pululam nas redes sociais manifestações e acusações de cunho racista, uma vez que não só o tema foi posto em pauta pelos governos petistas, como também pela luta pela “liberdade de expressão” na internet exercitada e defendida por todos os grupos e facções políticas, econômicas e religiosas. Há, ademais, as contendas relativas ao avanço dos programas das ações afirmativas, como as cotas nas universidades federais brasileiras em diversos níveis. Isso será retomado adiante.

Especificamente neste ponto, é curioso observar que no debate *a favor versus contra* relativo às ações afirmativas à população *de cor* não entra em pauta a Resolução 68/237, de 23 de dezembro de 2013, da Assembleia Geral das Nações Unidas, que proclama a *Década Internacional dos Afrodescendentes*. Ela começou no dia 1º de janeiro de 2015 e terminará no dia 31 de dezembro de 2024, e tem como tema *Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento* (UNITED NATIONS, 2014a).

Nessa proclamação da *Década Internacional*, todos os países membros, logo o Brasil também, são convocados à adoção concreta e à efetiva implementação daquilo que estabelecem a *Declaração e Programa de Ação de Durban* e a *Convenção Internacional para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial*: a adoção concreta e efetiva implementação de instrumentos, políticas e programas de combate e eliminação do racismo, da discriminação racial, da xenofobia e da intolerância, com ênfase particular às mulheres e às crianças e jovens (UNITED NATIONS, 2014b, p.4, 5). Isso porque, justifica a Resolução 69/16, de 18 de novembro de 2014, da mesma Assembleia:

Estudos e achados de corporações internacionais e nacionais demonstram que os afrodescendentes ainda têm acesso limitado e desqualificado à educação, saúde, moradia e seguridade social. Em muitos casos, sua situação permanece *largamente invisibilizada e insuficientemente reconhecida*, bem como não são respeitados seus esforços para remediar e compensar sua condição presente. (UNITED NATIONS, p. 3, ênfase minha).²

Essa última Resolução, que consiste num amplo programa de atividades a ser implementado na *Década Internacional* (UNITED NATIONS, p.5-12), determina, dentre várias outras atividades, (i) o estabelecimento de legislação anti-discriminação direta ou indireta, (ii) ferramentas legais de monitoramento da efetivação dessa legislação, (iii) adoção de programas de combate ao racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância, (iv) a implementação no currículo educacional da história, cultura e contribuição da população afrodescendente, (v) ações que promovam a efetiva participação dos afrodescendentes nas estruturas públicas e políticas, com a promoção dos direitos humanos, e...

Assegurar que os livros didáticos e outros materiais escolares expressem fatos históricos de forma acurada, no que diz respeito a tragédias e atrocidades no passado, em particular a escravidão, o tráfico de escravos, o comércio transatlântico de escravos e o colonialismo, de modo a evitar a perpetuação de estereótipos e a distorção ou a falsificação desses fatos, as quais podem levar ao racismo, à discriminação racial, à xenofobia e à intolerância. Inclui-se o papel dos respectivos países no:

(i) suporte a pesquisas e iniciativas educacionais;

² Todas as traduções neste texto são minhas.

(ii) reconhecimento às vítimas e seus descendentes pelo estabelecimento de locais de memória nos países que se beneficiaram e/ou foram responsáveis pela escravidão, o tráfico de escravos, o comércio transatlântico de escravos, o colonialismo e o passado trágico onde não há nada, bem como nos pontos de partida, chegada e relocação; assim como pela proteção de locais culturais relacionados. (UNITED NATIONS, p. 6).

Em face disso, são dignas de nota as manifestações expressivas de políticos, de membros do judiciário, de religiosos, de educadores e de parte da mídia brasileira em desqualificar, atacar e amaldiçoar a África, suas culturas e seus habitantes, as manifestações culturais e religiosas de matriz africana, as políticas de ações afirmativas, o Estatuto da Igualdade Racial, dentre muitas outras contendas e embates que temos assistido, lido e ouvido no Brasil (cf. MAGNONI, 2016). Há uma nítida ocultação ou abatimento da *questão negra* no Brasil (cf. PINCERATI, 2008).

Qual é a tarefa do linguista em face dessa demanda? Ora, o racismo é um fato de linguagem, pois é fruto da atividade humana, da organização das sociedades e do trabalho histórico da ideologia. Tanto é que a noção de ‘raça’ na espécie humana não é validada pela Genética, conquanto funcione “perfeitamente” no seio da sociedade ocidental. Pertence, portanto, ao campo do discurso, ao campo da linguagem. Se “na vida dos indivíduos e das sociedades, a linguagem constitui o fator mais importante que qualquer outro” (SAUSSURE, [1916] 2002, p.14), uma análise linguístico-discursiva das formas de manifestação da ideologia racista instanciadas nos dizeres abre o debate à *questão negra* no Brasil. A necessidade de reconhecimento dessa questão emana dos documentos já trazidos e a serem ainda trazidos logo mais aqui. No plano nacional, essa questão urge ser pautada para não ser abatida. Passemos, então, aos números.

1.2. Números negros

Num território marcado pela escravidão de africanos, o mero fato de ser de uma cor diversa do negro já representava mérito com direito a nobilitação. [...] O que definia a nobreza no Brasil era o que ela não fazia. [...] Talvez por isso persista aqui um preconceito contra o trabalho manual, considerado símbolo de atividade “inferior” e menosprezada.

[...]

Numa sociedade escravocrata, todo trabalho físico e que demandasse esforço era considerado aviltante, e assim relegado aos africanos. Por sinal, cor virou uma régua para essa sociedade que a eles vinculava o labor braçal.

[...]

Foi o mesmo Antonil quem bem definiu a colônia como “Inferno dos negros, Purgatório dos brancos”. Tudo convergia para a palavra “inferno” [...].

(SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 68, 98, 96).

Foi dito que no plano internacional se desenha a preocupação de identificação e reconhecimento do racismo, a fim de levantar o silêncio, combatê-lo e eliminá-lo. O levante dessa necessidade, como grifado acima, desvela uma face oculta do racismo.

A face institucional do racismo – ou do racismo institucional –, um legado da escravidão brasileira dos africanos, é desvelada na *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016*, publicada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o IBGE. A *Síntese* é um documento que, ano a ano, apresenta “um quadro abrangente e integrado, considerando as distintas dimensões que envolve a elaboração de um sistema de indicadores sociais, como demografia, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílio.” (IBGE, 2016, p.6).

A construção desse quadro não prescindiu da análise das desigualdades de gênero, cor ou raça e de rendimento, que são tratadas de forma transversal ao longo dos sete capítulos que compõe essa *Síntese*. Dentre as várias fontes de informação consultadas e utilizadas para a construção dos indicadores, deve-se mencionar a *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* – PNAD 2015, que abrange todo o território nacional, e o *Censo Demográfico 2010*, ambos de responsabilidade do IBGE. Leiamos os números, abaixo reproduzidos, relativos à cor ou raça constantes na *Síntese 2016*, e observemos que, no seu conjunto, eles demonstram um fato: que todas as taxas demonstram que a população de cor ou raça preta ou parda brasileira, se comparadas às taxas relativas à população branca, está estruturalmente alijada das benesses sociais.

- a) Em 2015, a população brasileira foi de cerca de 204,9 milhões de pessoas (IBGE, 2016, p.11). Desse total, 51,5% são mulheres e 48,8%, homens (IBGE, 2016, p.18). No que tange à cor ou raça, “[...] mais da metade (53,9%) das pessoas se declararam de cor ou raça preta ou parda, enquanto o percentual das que se declararam brancas foi de 45,2%.” A proporção de declarantes no Nordeste é de 77,3%, no Centro-Oeste de 59,9%, no Sudeste de 46,2% e no Sul de 22,3%. Entre os homens, 55,2% se declararam de cor ou raça preta ou parda; entre as mulheres a proporção é de 52,7%. A proporção da população que se declarou

preta ou parda foi muito mais elevada nos grupos de 10 a 14 e 15 a 19 anos de idade “[...] com valores acima de 58,0%, para ambos os sexos [...]”, e “[...] este indicador descende com o aumento do grupo etário, ou seja, o indicador atingiu menor valor no grupo de 70 anos ou mais de idade, sendo de 46% para homens e 42,4% para mulheres [...]”. (IBGE, 2016, p. 18).

- b) Em 2015, a taxa de fecundidade – que “[...] mede o número de filhos nascidos vivos que uma mulher teria ao fim do seu período reprodutivo” – foi de 1,72 filhos por mulher, representando, em relação a 2005, uma queda de 17,7%. Nesse montante, o diferencial na fecundidade por cor ou raça e por escolaridade da mulher foi este: entre as mulheres de maior escolaridade e brancas, 41,6% não teve filhos e 51,8% teve um ou mais; das mulheres com menos escolaridade e pretas ou pardas, 35,9% não tiveram filhos e 63,4% tiveram um ou mais. (IBGE, 2016, p. 20). Ou seja, na distribuição percentual das mulheres de 15 a 49 anos de idade, por cor ou raça e grupos de anos de estudos, com indicação de filhos nascidos vivos, é maior entre as pretas e pardas com menor escolaridade do que entre as brancas com maior escolaridade.
- c) No quesito mortalidade infantil, segundo os dados da PNAD 2013 reproduzidos na *Síntese 2016*, “[...] no que tange à cor ou raça, as crianças pretas ou pardas são as que mais residem em domicílios com insegurança alimentar (43,1%), em todos os seus graus”, sendo maior o potencial de insegurança das crianças que vivem em domicílios rurais (48,6%). (IBGE, 2016, p. 39). Reproduzo o quadro completo de taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade, por situação de segurança alimentar do domicílio:

Tabela 1. Taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade por situação alimentar do domicílio

	<i>Meninos</i>	<i>Meninas</i>	<i>Branca</i>	<i>Preta ou Parda</i>	<i>Urbana</i>	<i>Rural</i>
<i>Insegurança grave</i>	4,8	4,9	2,7	6,8	4,1	8,5
<i>Insegurança moderada</i>	6,5	6,5	4,2	8,8	5,6	11,1
<i>Insegurança leve</i>	22,8	22,9	18,2	27,5	21,6	29,0
<i>Segurança alimentar</i>	65,9	65,7	74,9	56,9	68,6	51,4

Fonte: IBGE (2016, p. 40).

- d) No tocante ao acesso à educação superior, na faixa etária entre 18 a 24 anos, a *Síntese 2016* diagnóstica: “A adequação dessa faixa etária ao ensino superior ainda é bastante desigual dependendo das características de cor e raça. O total de pessoas de cor preta ou parda dessa faixa etária que cursam o ensino superior, em 2015, era de 12,8%. Esse percentual representa um crescimento significativo em relação a 2005 (7,3 pontos percentuais), mas ainda ficou abaixo do percentual alcançado pelos jovens estudantes brancos 10 anos antes (17,8%) [...]. Um dos fatores responsáveis por agravar a desigualdade de cor ou raça no acesso ao ensino superior é o atraso escolar, o qual afeta mais os estudantes pretos ou pardos em comparação com os estudantes brancos. Em 2015, 53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação [...]” (IBGE, 2016, p.62).
- e) No conjunto de pessoas com 18 anos de idade ou mais residentes em domicílios particulares, no que tange à (i) autoavaliação do estado de saúde em regular, ruim ou muito ruim, (ii) pessoas que não concluíram o ensino fundamental, (iii) pessoas em domicílio sem acesso simultâneo à água por rede geral, esgotamento por rede geral ou fosse séptica e lixo coletado, (iv) pessoas sem acesso à internet no domicílio e (v) pessoas em domicílio sem máquina de lavar, a *Síntese 2016*, lançando mão de dados da *Pesquisa Nacional de Saúde* de 2013, do IBGE, concluiu que, “como resultado, tem-se uma constante de maiores exposições a todas às carências estudadas pela população de cor ou raça preta ou parda e pelas pessoas com menos rendimento. Destaca-se que 37,8% da população adulta preta ou parda avaliou sua saúde como regular, ruim ou muito ruim, contra 29,7% da população branca. Pretos ou pardos estavam 73,5% mais expostos a viver em um domicílio com condições precárias do que brancos (38,7% dos pretos ou pardos, contra 22,3% dos brancos). Ao mesmo tempo, 53,1% das pessoas pretas ou pardas de 18 anos ou mais de idade estavam em domicílio sem máquina de lavar, contra 27,2% da população branca.” (IBGE, 2016, p. 85). Além disso, a análise da *Síntese 2016* expressa as “[...] desvantagens para as pessoas de cor ou raça preta ou parda, com uma expressiva maioria sem plano de saúde (78,8%), me-

nor acesso à saúde e maior exposição a riscos.” (IBGE, 2016, p.85). Eis um resumo do quadro esquemático com as informações numéricas e em pontos percentuais extraídas do gráfico em que tais conclusões são demonstradas pela *Síntese* (IBGE, 2016, p. 88):

Tabela 2. Taxas da distribuição percentual das crianças com até 4 anos de idade por situação alimentar do domicílio

	<i>Total</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos ou Pardos</i>
<i>Número de indivíduos</i>	146.308.458	69.441.261	74.873.046
<i>Pessoas sem plano de médico ou odontológico</i>	69,7	60,1	78,8
<i>Pessoas que se sentiram discriminadas no último serviço de saúde</i>	10,6	9,5	11,5
<i>Pessoas com autoavaliação de saúde regular, ruim ou muito ruim e que não consultaram médico em um ano</i>	6,0	4,2	7,5
<i>Pessoas com sintomas de depressão</i>	7,9	7,5	8,3
<i>Pessoas que declaram fumar algum produto do tabaco</i>	14,7	13,0	16,4

Fonte: IBGE (2016, p. 88).

- f) Ainda no quesito desigualdade de renda, a conclusão da *Síntese 2016* é de que, embora tenha sido atenuada nos últimos anos, “[...] a população permanece segmentada por cor ou raça. Pretos e pardos representam, em 2015, 54,0% do total da população, mas 75,5% das pessoas com os 10% menores rendimentos (contra 23,4% de brancos), ao mesmo tempo em que eram apenas 17,8% das pessoas no 1% com os maiores rendimentos, contra 79,7% de brancos.” (IBGE, 2016, p. 96).
- g) No quesito específico do domicílio, “o acesso domiciliar aos serviços de saneamento guarda forte correlação com a cor ou raça da pessoa de referência do domicílio.” (IBGE, 2016, p. 102). A *Síntese 2016* observa que houve evolução do acesso simultâneo dos três serviços básicos – abastecimento de água por rede geral, esgotamento por coleta ou pluvial, coleta direta ou indireta de lixo – “[...] entre os domicílios em que a pessoa de referência é branca, em comparação com aquelas onde a pessoa de referência é preta ou parda. Em 2015, os domicílios onde a pessoa de referência é branca tinham uma cobertura 16,6 pontos percentuais superior à verificada entre os domicílios com pessoas de referência pretas

ou pardas. Trata-se de uma diferença considerável, ainda que inferior à verificada em 2005, de 20,6 pontos percentuais.” (IBGE, 2016, p. 102-103).

- h) No que concerne à categoria domicílio próprio já pago, última característica analisada na *Síntese 2016*, a diferença entre aquele em que a pessoa de referência é branca (70,4%) não é grande em relação àquele em que a pessoa de referência é preta ou parda (69,5%). Contudo, na categoria domicílio próprio ainda pagando, em 2015 a diferença consistia de 6,1% daqueles com pessoa de referência branca e 3,9% – ou seja, 36% menor – daqueles cuja pessoa de referência é preta ou parda. “Esse padrão vem se repetindo em todos os anos da série história desde 2007, indicando que a população preta ou parda tem acesso mais restrito aos programas de crédito habitacional, seja em função de possuir um rendimento domiciliar *per capita* menor, seja pela maior informalidade no mercado de trabalho, ou mesmo pela ausência de garantias e documentação, característica da população mais empobrecida.” (IBGE, 2016, p. 105).

A *Síntese 2016* corrobora as afirmações contidas nas Resoluções 68/237 e 69/16 da Assembleia Geral das Nações Unidas. Ela mostra de forma exata o que se pode chamar de racismo estrutural no Estado ou os efeitos do racismo estrutural na população de cor ou raça preta e parda, por mais que as sucessivas Constituições da nossa jovem República estabeleça a igualdade de condições a todos seus habitantes. Não há uma taxa nas estatísticas que demonstre o contrário, isto é, que mostre uma vantagem ou privilégio – termo esse que circulou e circula nas redes sociais, em jornais e revistas contrários, por exemplo, às cotas (cf., entre tantos outros trabalhos, MAGNONI, 2016) – da população preta ou parda em relação à branca, mas em absoluto o contrário. É o que já registram as pesquisas historiográficas mais recentes:

Último país a abolir a escravidão no Ocidente, o Brasil segue sendo campeão em desigualdade social e pratica um racismo silencioso mas igualmente perverso. Apesar de não existirem formas de discriminação no corpo da lei, os pobres e, sobretudo, as populações negras são ainda os mais culpabilizados pela Justiça, os que morrem mais cedo, têm menos acesso à educação superior pública ou a cargos mais qualificados no mercado de trabalho. Marca forte e renitente, a herança da escravidão condiciona até nossa cultura, e a nação se define a partir de uma linguagem pautada em cores sociais. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 15, ênfase minha).

A *Síntese 2016* do IBGE permite reafirmar o que o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ atestou, que, no Brasil, “[...] seja qual for, a posse de um determinado fenótipo atua como uma espécie de capital humano, aumentando a probabilidade de mobilidade social ascendente. No caso dos afrodescentes, o fenótipo atua como um capital humano às avessas.” (PAIXÃO et al., 2010, p. 23).

Malgrado tudo isso, como mostra Maria Salete Magnoni, em *Lei de cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto?* (2016), parte da imprensa brasileira, a chamada “grande mídia”, insiste em mostrar questionáveis estatísticas e argumentos contrários a todas as políticas a favor da população de cor ou raça preta ou parda adotadas pelo Governo Federal, sobretudo na era petista, sob o argumento de que, se adotadas, instaurariam no seio da sociedade brasileira o racismo ou sua oficialização – para não citar os argumentos que aliam o petismo à corrupção e a tais políticas, e não às Resoluções supracitadas promulgadas pelas Nações Unidas.

Talvez seja exatamente contra isso que luta parte da sociedade, aliás, dona dos meios de comunicação: exaltadamente contra a *oficialização* “do” racismo (cf. PINCERATI, 2008). Ora, pois não deveríamos entender exatamente que o que não se quer é o registro oficial da existência do racismo? Por que isso estaria em curso? Nesse ponto, o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ, que não só apresenta estatísticas como também as justifica na história do país, é categórico quanto a outra característica do funcionamento e estruturação da ideologia racista *à la brasileira*:

O racismo, tal como atuante no Brasil, também atua mediante a tentativa de negar a existência de problemas sociais aos grupos discriminados decorrentes da discriminação étnico-racial. Ou seja, neste caso, as dificuldades destes grupos passaram a ser entendidas como inexistentes ou geradas por fatores outros que não o próprio modelo das relações sociais existentes. (PAIXÃO et al., 2010, p. 25).

Se visitarmos a história do Brasil, tal como tem sido contada mais recentemente, visualizaremos em todos esses números e argumentos a manutenção da mesma estrutura social da Colônia, do Império e das Regências: “No topo, os grandes proprietários de lavras e terras, o grupo de letrados, os altos funcionários [...]; na base, os escravos.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 126-127). E, em face disso, não poderíamos ou

seria demais pressupor que os fatos políticos mais recentes na esfera governamental – a destituição presidencial, os congelamentos de gastos sociais por décadas, etc... – não esconderiam um projeto de “reescravização”? (Tratarei desta noção adiante.) Afinal, as falsidades, as faltas de reconhecimento, as contendas, os silêncios e, sobretudo, a negação são mecanismos discursivos vigorosos de manutenção dessa ordem econômica, política e social pautada em cores. Não se pode esquecer que a religião já serviu e serve a esse propósito, como veremos a partir de agora.

2 O inferno ao negro

Quem vir na escuridão da noite aquelas fornalhas tremendas perpetuamente ardentes [...] o ruído das rodas, das cadeias, da gente toda da cor da mesma noite, trabalhando vivamente, e gemendo tudo ao mesmo tempo sem momento de tréguas, nem de descanso; quem vir enfim toda a máquina e aparato confuso e estrondoso daquela Babilônia, não poderá duvidar, ainda que tenha visto Etnas e Vesúvios, que é uma semelhança de inferno.

Padre Antonio Viera (apud SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 50)

2.1 Às luzes: uma sinopse

O panorama pintado acima demonstra a forte associação do escravo ao trabalho braçal, laboral e manual considerado como *inferior*, por isso mesmo relegado ao negro pelo branco. As estatísticas levantadas pelo IBGE em 2015 demonstram que essa ordem vige até hoje, transformando a vida dos *negros* – digamos com todas as palavras – num *inferno na terra*. Afinal, todos os flagelos sociais recaem sobre eles, ao mesmo tempo em que são culpabilizados por isso. O *branco*, nessa lógica, é um sujeito deífico, isto é, segue intocado e numa *posição superior* a todo esse mal.

Note-se, ademais, que a *Síntese 2016* do IBGE adota uma designação distinta, por exemplo, da adotada pelas historiadoras Lilian Schwarcz e Heloisa Starling, ao referir à população negra como *população de cor preta ou parda*, e não *população negra ou parda*. Isso porque, como se lê tanto na biografia do Brasil escrita por elas, quanto no *Relatório do LEASER* e na *Síntese*, é o fator *cor da pele* que é determinante à exclusão social. No Brasil quanto menos *cor*, melhor; numa tendência clara à eliminação da negritude em prol da branquidão e do branqueamento. Isso respeita a um longo funcionamento. Data do início do século XIX, quando, em face da predominância da população africana, ou seja, preta e parda sobre a branca, as elites “empreenderam políticas em “prol da povoação branca”. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 188).

Essa política emana da própria “civilização do açúcar”, em que se estabeleceu uma estranha associação entre o *branco dos senhores* e o *negro dos escravos* como evidência “natural”, por causa da cor da cana e do seu melado na detecção de sua qualidade: “quanto mais branco, melhor.” (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 75). Isso criou uma linguagem das cores na engenharia social então em construção. É nessa linguagem que se pode ver que o negro não corresponde necessariamente a preto, por mais que esteja a ele intimamente relacionado:

[...] com o decorrer do tempo, a escravidão africana e o complexo da cana mais pareciam com um par lógico e inseparável, tal seu grau de associação foi se aprofundando. Tanto que, na época, os termos se misturavam – indígenas eram chamados de “gentios da terra” ou de “negros”, e os africanos de “negros de Guiné” e de “negros da terra” – a denominação “negro” corresponde à designação genérica de escravo. Os critérios eram expressos pelo idioma da cor da pele, e em função da oposição entre preto e branco, devidamente reforçada pela experiência colonial. A vasta gama de variações de cor não implicava, porém, falta de preconceito e discriminação; refletia, antes de mais nada, a maneira como se mesclavam aspectos físicos, mentais e morais, criando-se uma verdadeira engenharia e linguagem das cores. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 66; ênfase minha).

Eis os germes do branqueamento ligado à ideia de que ser branco é naturalmente uma qualidade superior. Isso se fortalece, mostram as historiadoras, no avançar dos séculos, sobretudo com o recrudescimento do medo provocado pelas revoltas escravas no Haiti do fim do século XVIII e início do XIX, que teve por consequência a própria Revolução Francesa (1789-1799). As revoluções no Haiti levaram a sua independência, em 1804, e a consequente expulsão dos franceses.

Imediatamente, as colônias da América do Norte e países europeus impuseram ao Haiti bloqueio que durou mais de sessenta anos, e cujas consequências estão presentes até hoje. Quantos aos dirigentes brasileiros, passaram a temer o Haiti como ao diabo. O movimento de 1804 repercutiu no país todo, e seria pretexto para várias medidas restritivas, entre elas um modelo centralizador de poder após a Independência. O Brasil se inventou, assim, como um anti-Haiti: por oposição, *éramos todos brancos, cristãos e civilizados*. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p.228-229, ênfase minha).

É por essa razão que não só Florestan Fernandes defende (cf. PINCERATI, 2008), como o *Relatório* do LAESER-IE/UFRJ mostra que, no Brasil, as linhas de classes e as linhas de cor formam um todo coerente, que se reforçam mutuamente a todo instante. (PAIXÃO et al., 2010, p. 23).

Note-se o alinhamento dos significantes *branco-cristão-civilizado-superior* e *negro-preto-pardo-diabo-inferior*. Não se pode deixar de se mencionar, a propósito, o trabalho Gisele dos Santos, intitulado *A invenção do “ser negro”: um percurso das ideais que naturalizaram a inferioridade dos negros* (2002), que demonstra que foi no Iluminismo; mais essencialmente, no campo da Filosofia e das Ciências Sociais que se edificou a noção do “negro” como *ser inferior*.

No Brasil, essa ideia tomou corpo na sociedade escravocrata, pois, nela, o escravizado não era um ser humano, como o branco europeu, mas um animal, um primitivo, um selvagem, um bárbaro. Essa ideia partiu, na aurora da Modernidade, de uma divisão, uma separação entre seres superiores e seres inferiores. O racismo encontrou nessa divisão sua morada. Os primeiros seriam os cristãos civilizados, iluminados, razoados e letrados, ao passo que os segundos (não) eram (nem) infiéis a serem escravizados ou civilizados, domesticados, catequizados e doutrinados. O projeto colonizador bebeu dessas ideias e se sustentou nelas, como mostram amplamente Schwarcz e Starling (2015). E a violência dessas ideias, como se tenta aqui demonstrar, ainda não cedeu: a ascensão à branca civilização só se dá via catequização. Vejamos um exemplo ilustrativo, embora disfarçado, disso.

2.2 Maldição negra. Salvação branca.

No dia 30 de março de 2011, uma quarta-feira, o Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão de São Paulo, postou em seu *Twitter* que os “*Africanos descendem de um ancestral amaldiçoado por Noé*”. A declaração teve repercussão imediata e prolongada. Espalhou-se pelas redes sociais e em vários jornais, dentre outros meios de comunicação; e o pastor foi acusado de ser racista. Eis a postagem:

Figura 1. Twitter do Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano

Fonte: UOL Notícias (BALZA, 2013).

A Figura 1, que contém a postagem pastoral, foi capturada e depois publicada, no dia 31 de março de 2011 – e atualizada no dia 1º de março de 2013 –, no *UOL Notícias* (São Paulo). A propósito, a reportagem, *Deputado federal diz no Twitter que "africanos descendem de ancestral amaldiçoado"*, assinada por Guilherme Balza, informa bem abaixo dessa figura da postagem isto: “*Mensagem que foi postada no Twitter do deputado Marco Feliciano (PSC-SP) e depois apagada*”. Pressupõe-se, portanto, que essa é a foto da postagem do (Twitter do) Pastor e que foi logo apagada.

Esse apagamento é um gesto que deve chamar nossa atenção. Isso porque, informa ainda o repórter, “*após a reportagem contatar [a] assessoria de Feliciano, a mensagem foi apagada (veja a reprodução na imagem acima)*.” O deputado teria dito mais, segue o repórter; teria tido que “*sobre a África repousam maldições como o paganismo, misérias, doenças e a fome*.” Há outras declarações nessa direção que essa e outras reportagens reproduzem.

Segundo a própria reportagem, o Deputado Pastor negou ser ele mesmo o autor da declaração; mais propriamente, que ela é de responsabilidade de sua equipe de comunicação nessas redes. Contudo, pode-se encontrar no *YouTube* uma entrevista, dentre várias outras dadas a programas televisivos, em que comenta assumidamente sua declaração. Logo no começo de uma entrevista dada ao Danilo Gentili, no programa *Agora é tarde*, publicada no *YouTube* no dia 29 de março de 2011, o Deputado Federal Pastor

entra na pauta, afirmando a seu entrevistador e telespectador, em primeiro lugar, que as acusações de racismo, bem como de homofobia não procedem. Ele explica o porquê:

Por que para você ser racista você precisa ter um histórico racista; tem que ter um antes, um meio e um depois. *Minha mãe é negra!* [...] Minha mãe é negra. Meu padrasto é negro. *Eu tenho raiz negra*. Setenta por cento da população evangélica é de raiz negra. Eu sou um dos poucos brasileiros que fiz trabalhos na África. Fui a convite do governo de Angola; falei para quase trinta mil meninos mutilados de guerra. Então, *não existe isso*. (FELICIANO, 2013 apud PORTALRADIO, 2013; a transcrição deste e dos demais trechos é minha e as ênfases, também).

Gentili lhe questiona por que é que, então, começaram a falar isso. Feliciano responde que isso é culpa do forte e estruturado ativismo do movimento GLBT nas redes sociais. Mas Gentili o interrompe, advertindo-o de que “*deu a faca e o queijo na mão*” quando “tuitou” a postagem acima mostrada com acréscimos:

Figura 2. Captura da postagem de Feliciano exibida no programa de Gentili

Fonte: PORTALDARADIO (2013).

Pois o Deputado Pastor começa sua justificativa afirmando que “*a maldade está nos olhos de quem lê*”, isto é, projeta no outro qualquer significação que julga maldosa; qual seja: que é racista. Então começa ele mesmo ler sua própria postagem com Gentilli, e explica:

O que que aconteceu nesse twitter. Eu estava dando um posicionamento... Me perguntaram sobre a fundação dos continentes; e me perguntaram por que o continente africano sofria tanto. E eu citei o que *uma linha teológica e filosófica pensava*. Não citei só esse... Eu citei outras inclusive. Só que *pinçaram isso aí e colocaram apenas isso*. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha.)

Gentilli, contudo, assinala ao Deputado que, a despeito dessa afirmação, ele escreveu que “*é um fato*” e não que é uma linha teológica. O Pastor então responde:

Pois bem! Quando eu escrevi isso; começaram a me bater por causa disso; antes de *baterem* eu coloquei embaixo: “**Porém, toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo.**” Só que nunca *colocaram* isso. Colocaram apenas isso... E na época tinha acontecido um fato *com o outro* deputado, Bolsonaro, e ele fala sobre racismo. E *tentaram* me colocar como se eu fosse discípulo dele. E *usaram* esse versículo... e... esse twitter pra me rotular. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

O entrevistador pede perdão ao Deputado Pastor e diz:

Eu acredito que sua mãe é negra, acredito que as pessoas com que lida são negras e acredito que, inclusive, você *não* é racista. Mas, você vai me desculpar, está escrito que aquilo é um fato. Onde você provou esse fato? Porque, pelo que eu conheço da Bíblia, nem a Bíblia diz isso. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

E Feliciano responde:

Ali eu **não** estou dizendo que negro é amaldiçoado, nem nada disso... *Pinçaram e fizeram uma maldade comigo*. (PORTALDARADIO, 2013, ênfase minha).

... e a conversa toma outros rumos.

Pontuemos, em primeiro lugar, o ruidoso eco que ressoa no texto. Ele é provocado pela repetitiva instanciação do morfema flexional *-ram*, isto é, do uso repetitivo da terceira pessoa do plural do pretérito perfeito do indicativo dos verbos da primeira conjugação *pinçar, colocar, tentar, começar, usar*, com exceção de *fazer*, pertencente à segunda conjugação. Note-se que esse uso está aliado à – digamos – uma estrutura persecutória da enunciação. Ora, ao mesmo tempo em que o Deputado reconhece que a postagem é sua, ele não para de escutar maldade na leitura *deles. Eles*, quem? Por mais que Feliciano tenha apontado ser *o ativismo do movimento GLBT*, as questões de Gentilli focam o texto tuitado pelo próprio Deputado Pastor. Então, diante todo esse eco, fica a aberta a questão de saber quem é esse sujeito suposto na desinência verbal. Ou seja, o referente se perde no desenrolar do texto, lembrando uma fala persecutória, em que intervém o mecanismo de projeção psíquica: a transferência ao outro daquilo que o eu quer expulsar de si. Isso explica a máxima que principia as tentativas de defesa de Feliciano: *A maldade está nos olhos de quem lê*. Curiosamente, ele mesmo lê o texto para Gentilli.

Detenhamo-nos um pouco nessa estruturação persecutória em causa na projeção. Em 1895, Sigmund Freud escreveu sobre o caso de uma jovem que comprovou sua hipótese de que a psicose é provocada por um processo de defesa contra representações intoleráveis. A jovem morava com seu irmão e sua irmã mais velha. Eles alugaram um dos quartos da casa a um viajante, do qual as irmãs falavam bem. Um dia, a jovem contou a sua irmã que uma vez ele tentou pô-la em perigo. Ela limpava o quarto dele enquanto ele ainda estava na cama. Ele a chama para perto de si. Quando ela chega, ele põe o pênis na mão dela. A cena não teve mais continuação. Depois de um tempo, a jovem começou a ter alucinações: reclamava que as vizinhas falavam mal dela, que elas diziam que ela ficaria para a titia, que ela amava ainda aquele homem... Ao tentar fazer com que a jovem se recordasse da cena, ela determinadamente se recusava. Então, Freud conclui: defesa! A representação em jogo era evidente, mas havia uma forte defesa psíquica em causa que projetava o conteúdo interno em percepção externa vinda do outro, pois lhe era intolerável a seu eu consciente sua “maldade”.

Essa projeção, que conhece na terceira pessoa aquilo que a primeira nega e quer expulsar de si, explica a negação – tão aludida pelos historiadores – presente na fala de Marcos Feliciano. Obviamente, ele tem razões evidentes – e também inconscientes – para negar aquilo que ele mesmo escreveu e leu, afinal é um Deputado Federal e um

Pastor. Há, no mínimo, duas imagens a serem zeladas; sem contar a de homem... e a de branco. Como faz isso? Num jogo de esconde-esconde: *ser é não ser*.

É digno de nota que ele não se reconheça como negro ao mesmo tempo que afirma ter raiz “negra”. Ora, ele não tem cor preta ou parda. Isso lhe permite negar-se como negro/preto/pardo, muito embora diga sê-lo, ao dissociar negro de preto ou pardo. Se é assim, ele é um embranquecido. Pois, se ele tem raiz negra, efetivamente seria realmente muito desprazeroso, constrangedor e uma maldade consigo mesmo ser um racista. Sua posição sujeito está em jogo. Por isso, segundo ela, “*A maldade está nos olhos de quem lê*” ... E, num ato falho, ele mesmo lê seu texto... Mas, retomamos a questão, que olhos ele acusa ver/ler? Os *deles*, responde o Deputado Pastor. Eis a estruturação projetiva e persecutória de sua enunciação, que, aliás, deixa ver uma negação implícita; levando-nos a concluir que a projeção é necessária à manutenção de seu bem estar psíquico. Afinal, a rigor, ele é um branco-não-branco e um negro-não-preto. Por consequência, sua fala tem que ser racista sem o ser.

Note-se, pois, nesse ponto, flagrantes contradições denunciadas na estranheza das negações e, sobretudo, no uso das adversativas grifas. Por exemplo, o enunciado “*citei o que uma corrente teológico-filosófica pensava*”, por um lado, tem que o sujeito que *pensava* é *ela*, afastando o pensamento do sujeito que cita. Contudo, de outro lado, quem cita adverte: “*Porém, toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo*”. A cópula antecedida pela adversativa renega a primeira negativa, logo redireciona a si aquele pensamento, pois a premissa básica aqui é: *há uma maldição espiritual*. Logo, como detectou Gentili, a citação/menção não é uma citação/menção, mas sim um efetivo posicionamento/uso. Feliciano vai além e fecha o tema com esta pérola: “*Ali eu **não** estou dizendo que negro é amaldiçoado.*” Pois, o negro não é afrodescendente? Guardemos essa negação para daqui a pouco e atenhamo-nos à relação *racismo* e *maldição*.

Em primeiro lugar, o racismo pauta a dominação religiosa na fala do Deputado Federal Pastor. Por mais que, do ponto de vista subjetivo, se negue ser racista evocando a *mãe negra*, objetivamente há um mal-estar nisso. Ora, se a mãe de Feliciano é negra, então em suas veias e artérias circula o “sague negro”, se se pode reduzir assim. Se é assim, ele é um afrodescendente. Por consequência, é também um amaldiçoado. O mal-estar está nisso, pois – vejamos bem – como não pode admitir isso na consciência e no discurso, dado que se julga um agente do bem, ele, então, só pode ser um negro-não-preto. Eis uma

efetiva mal-dição; eis o ponto que alia *racismo* e *branqueamento*, denunciando o desejo de ser e se dizer branco por não ser preto ou pardo.

Por outro lado, a *maldição*, excluindo-se o ponto de vista psíquico, não estaria, aparentemente, em jogo nisso. Mas como é, no caso, um significante com efeitos de sentido nos negros e nos embranquecidos que causa mal-estar, pode-se avançar no estudo de seu funcionamento discursivo. Como? Se supusermos que um branco jamais cairia em tais contradições, pode-se entrevê-la na oposição *corpo negro* versus *corpo branco* agindo silenciosa e potentemente, no caso, nesse sujeito. Então, escutamos o alinhamento discursivo *maldição-escravidão*, de um lado, e *benedição-libertação*, de outro. Isso deve ficar mais evidente na pintura mostrada adiante.

3 O inferno é negro: o triunfo da luz

3.1 Prenúncio

O outono havia tingido de um ocre amarelado os dourados campos de trigo de Chartres. Empoleirado sobre o andaime, o mestre Juan de Rouen assinalava a alguns dos oficiais da obra certos detalhes que deveriam ser corrigidos em uma das abóbodas da nave maior da catedral.

A velha catedral de Chartres havia ardido na calorosa noite de 10 a 11 de junho de 1194. Do terrível incêndio só se salvou a cripta, respeitada na nova obra, em que se conservava uma das relíquias mais apreciadas daquele templo: a camisa que a Virgem Maria usava sobre seu sagrado corpo imaculado no dia em que deu a luz a seu filho Jesuscristo.

Quando as chamas se apagaram e as brasas do incêndio cederam, os consternados habitantes de Chartres puderam entrar nas ruínas de sua catedral e descobriram o fato milagroso da conservação intacta de sua mais venerada relíquia.

Em seguida correu por toda a cidade um rumor de que aquele era um claro sinal que a Virgem enviava a Chartres. Sem dúvida, com esse signo a mãe do Redentor queria dizer que era necessário construir uma nova catedral em sua honra, um grande templo que estivesse a altura da mulher que deu a luz ao filho de Deus; o novo tempo tinha que ser o da luz, da claridade e da cor.

José Luis Corral (2004. p. 27)

Em seu romance histórico *El número de Dios* (2004), José Luis Corral Lafuente, escritor e professor de História Medieval na Universidad de Zaragoza (Aragón, Espanha), conta a trajetória de vida da grande pintora Teresa Rendol (personagem ficcional), perseguida pela Igreja por causa de sua origem cántara, e o arquiteto Henrique de

Rouen, com quem manteve uma forte relação de amor até o fim de sua vida, mas com quem nunca se casou. A novela é ambientada no transcorrer do século XIII d.C. Insere-se, mais precisamente, no contexto da construção das catedrais de Burgos e León, cidades situadas no Caminho de Santiago, iniciando com a história da construção da catedral de Chartres, no século anterior.

Nessa novela, Corral expõe um momento de transição na história das artes, que passava por grandes transformações com a chegada do estilo gótico à península ibérica. Os sacerdotes de então adotaram *o novo estilo da Luz*, que surgiu na Paris do século XII d.C em resposta às demandas do abade Suger (1081-1151). A novidade consistiu em rasgar os muros das catedrais para introduzir grandes vitrais, permitindo a entrada da *Luz* na Casa de Deus.

Por consequência, os pintores, antes os responsáveis por decorar o interior dos templos e dar luz a eles, progressivamente começaram a perder terreno para os arquitetos na concepção dos templos. O número de Deus correspondia à proporção áurea, um segredo transmitido de geração em geração, dominado pelos poucos arquitetos formados em Paris. Toda essa revolução tecnológica e artística tinha uma razão claramente religiosa; leiamos o trecho da novela que a conta:

No tempo em que ardeu a velha catedral de Chartres, já há várias décadas que na França se estava impondo uma nova forma de construir os grandes templos catedráticos, as imponentes basílicas e as suntuosas igrejas abaciais. Foi Suger, o influente abade do monastério de São Dionísio, quem, em meados do século XII, proclamou a nova doutrina do triunfo da luz e a necessidade de construir os templos cristãos levando em conta *o valor da claridade frente à penumbra*. Numa de suas obras, deixou escrito uma mensagem críptica que somente os iniciados eram capazes de interpretar; o abade Suger dizia que *“brilantemente reluzia aquele que multiplicava o esplendor e brilhante era o trabalho nobre através do qual resplandecia a nova luz.”*

Para Suger, Cristo era a nova luz que havia iluminado o mundo depois de uma larga época de trevas, o sol triunfante e revivido que iluminava a alma dos seres humanos e guiava seus corações rumo à verdade. E como as igrejas eram a cada de Deus, cada templo devia ser, portanto, a morada da luz.

[...]

Para o abade de São Dionísio era necessário, imprescindível abrir os muros e rasgá-los de cima a baixo com grandes janelas para, com elas, captu-

rar a luz do sol e deixá-la inundar os santuários cristãos. Suger encomendou a seus mestres de obras que encontrassem as soluções técnicas precisas a sua demanda de luz, e os mestres responderam com firme eficácia. (CORRAL, 2004, p. 29, ênfase minha).

A leitura desse trecho, com grifo na oposição *luz e escuridão*, permite escutar um implícito em causa no que disse o Deputado Federal Pastor Marcos Feliciano: “os africanos têm um ancestral amaldiçoado...”; a oposição *branco.negro*. Para entrevistê-la basta considerar seu mal-estar, ou seja, colocar esse enunciado em relação a sua negação: “não disse que o negro é amaldiçoado”; negação que é estranha, afinal todo negro é afrodescendente. Pode-se, então, eliminar o *não* para descobrir sua afirmação: [disse que] o negro é amaldiçoado.

Perguntemo-nos o que está em jogo nessa negação, desde o ponto de vista discursivo. Ora, desde o ponto de vista filogenético, todos somos afrodescendentes. O enunciado “os africanos têm um ancestral amaldiçoado por Noé” prescinde dessa premissa básica, isto é, ignora a Genética em proveito da leitura literal da versão bíblica da gênese humana. Trata-se de uma nítida posição político-religiosa que instaura a oposição racista entre *branco e negro*, cuja lógica é justamente a de estabelecer o *branco* como *ser abençoado* e o *negro* como *ser amaldiçoado*.

Atente-se que a conversão ao cristianismo é a única salvação. Ela é condição necessária à benção. Se retomarmos o que testemunha a transformação tecnológica e artística medieval, no domínio da construção das catedrais, e a história da colonização e da escravidão brasileira, fica fácil entrever uma *ideologia da conversão* em funcionamento, se se pode conceituar assim, transmutada no que se chama *embranquecimento*, o que não deixa de ser uma “reescravização”.

A ‘reescravização’ (Schwarcz; Starling, 2015, p. 95-96), basicamente, é, na escravidão, a revogação da condição de liberto de um ex-escravizado. Dependia da lealdade dele com o senhor. Ademais, em viagens, documentos lhe eram exigidos a fim de comprovação de sua condição. “Nessas ocasiões, muitos homens livres, que, embora estivessem fora de seu meio social, portavam registros para atestar sua liberdade, foram facilmente aprisionados e outra vez vendidos como escravos.” (Schwarcz; Starling, 2015, p.96).

A sociedade escravocrata exercia enorme controle sobre os libertos, isto é, “sobre qualquer indivíduo que apresentasse possíveis traços de pertencimento à escravidão”

(Schwarcz; Starling, 2015, p.96). A liberdade do negro era sua servidão. Se a escravidão era o inferno na terra ao negro – indígena e africano –, sua liberdade era sua conversão. A catequese, nesse sentido, não deixa de ser uma reescravização: “**toda maldição espiritual é quebrada na cruz de cristo**”. O Senhor é um sujeito deífico por excelência em relação ao (ex)escravizado. Ele estabelece as condições da libertação; Ele leva Luz à escuridão, pois Ele encarna o Pai, sua justiça e sua vontade: *O Senhor é meu Pastor*. Libertação é salvação. Logo, a liberdade é branca a servidão negra. Essas metáforas podem ser vistas a seguir.

3.2 Céu.Inferno-Branco.Negro-Anjo.Demônio na Libertação dos Escravos (1889)

Figura 3. Reprodução fotográfica da obra *Libertação dos Escravos* (1889)

Fonte: Branco (2016).

A *Libertação dos Escravos*, de 1889, é uma tela a óleo monumental – 140,5 x 200 cm –, pintada pelo paraibano Pedro Américo (1843-1905). Foi encomendada pelo governo e pertence ao Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo (cf. SÃO PAULO, 2013, p. 68-69). É uma alegoria da abolição da escravatura no Brasil.

Pode-se visualizar três planos no quadro. No *superior*, vê-se, do lado esquerdo, a Vitória, com uma tocha incandescente na mão direita, sustentada pelos gênios da Música

e do Amor. Do lado direito, há uma Cruz fulgurante carregada por anjos translúcidos; clara representação da cristandade. No *centro*, há um muro que dá a entender que a cena se passa em um teatro de arena. No centro dele há uma figura com um cetro na mão; uma possível representação da princesa Isabel. No plano *inferior* está a figura da Liberdade; como se pousasse... De braços aberto, ela abençoa e solta os grilhões dos negros (cf. AMANCIO, 2013, p. 7). Há outra figura negra: um anjo negro, caído, pintado como se fosse uma sombra. Para Rafael Alves Pinto Júnior (2010), o quadro é uma alegoria da morte da escravidão, porque o anjo negro atrás dos libertos é um demônio morto. Então, esse demônio morto representa a escravidão vencida. Contudo, ele não nota que há Vitória branca sobre a maldição negra. A alegoria conjuga várias metáforas que pintam uma Guerra Santa da *Branca Luz* contra o *Diabo Negro*.

Nessa alegoria, a oposição das cores é constitutiva. Note-se que, no plano superior, todas as luzes são brancas. Até mesmo é branca a luz do fogo da tocha da Vitória. É o triunfo da Luz. A Luz da Tocha mais a Cruz é o Sol que ilumina toda a cena. O quadro é uma clara metáfora cristã (AMANCIO, 2013, p. 7): “*brilhantemente reluzia aquele que multiplicava o esplendor [...]*”. Nessa perspectiva, a Cruz é o Cristo.

Por fim, atentemos à acepção de ‘demônio’ na tradição judaico-cristã: um “anjo mau que, tendo-se rebelado contra Deus, foi precipitado no Inferno e procura a perdição da humanidade; gênio ou representação caído do mal; espírito maligno, espírito das trevas; Lúcifer, Satanás, Satã, Diabo” (AURÉLIO, 2004). Eis a oposição *branco-luz-deuses-céu-liberdade.negro-escuridão-demônios-inferno-escravidão*, tão naturalizada em nossa sociedade.

Referências

AMANCIO, K. A. de O. A representação visual do negro na primeira república. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27., 2013, Natal. *Anais...* Natal: ANPUH, 2013. Disponível em: http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364939709_ARQUIVO_Onegronaartebrasileiradaprimeirarepublica_2.pdf. Acesso em: 17 mai. 2016.

BALZA, G. Deputado federal diz no Twitter que “africanos descendem de ancestral amaldiçoado”. *UOL Notícias*, São Paulo, 31 mar. 2011, atualizada em 01/03/2013. Disponível em:

<http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2011/03/31/deputado-federal-diz-no-twitter-que-africanos-descendem-de-ancestral-amaldiçoado.htm>. Acesso em: 17 de maio 2016.

BRANCO, E. Pedro Américo: Estudo para Libertação dos Escravos, 1889. Fotografia, color., tirada em 23 de junho de 2012. Disponível em:

<https://www.flickr.com/photos/brutamonte/7454142144/in/photostream>. Acesso em: 15 maio 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Coordenação de População e Indicadores Sociais. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições e vida da população brasileira*: 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n. 36).

CORRAL LAFUENTE, J. L. *El número de Dios*. Barcelona: Edhasa, 2004.

DEMÔNIO. In: FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário eletrônico Aurélio versão 5.11a*. 3. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREUD, S. Rascunho H. Paranoia (24 de janeiro de 1895). In: *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud I (1886~1889)*: publicações pré-psicanalíticas e esboços inéditos. Rio de Janeiro: Imago, 1996/2006. [1895]. p. 253-256.

MAGNONI, M. S. Lei de Cotas e a mídia brasileira: o que diria Lima Barreto? *Estudos Avançados* 30, n. 87, São Paulo, maio/ago. 2016. Disponível em:

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870017>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PAIXÃO et al. (Org). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Constituição cidadã, seguridade social e seus efeitos sobre as assimetrias de cor ou raça. Rio de Janeiro: Garamond/LAESER, 2010.

PINCERATI, W. D. “Posições perigosas”: igualdade versus diversidade: debate, embate e abate da questão negra no Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos* 50, n.2, Campinas, 2008. Disponível em: <http://revistas.iel.unicamp.br/index.php/cel/article/view/1498>. Acesso em: 12 dez. 2016.

PINTO JÚNIOR, Rafael Alves. *Pax et Concordia*: A arquitetura como caminho da alegoria. 19&20, Rio de Janeiro, v. V, n. 3, jul. 2010. Disponível em:

http://www.dezenovevinte.net/obras/obras_paxconcordia.htm. Acesso em: 19 dez. 2016.

PORTALDARADIO. Danilo Gentilli entrevista o Pastor e Deputado Marco Feliciano. Publicado em 29 mar. 2013. Vídeo do Youtube. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=jSHdWHt1Wrk>. Acesso em: 05 dez. 2016.

SANTOS, G. dos. *A invenção do “ser negro”*: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros. São Paulo: Educ; Rio de Janeiro: Pallas, 2002.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Cultura. *Arte no Brasil*: uma história na Pinacoteca de São Paulo. 2. ed. São Paulo, 2013.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Cultrix, 2002. [1916].

SCHWARCZ, L. M., STARLING, H. M. *Brasil*: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

UNITED NATIONS. General Assembly. A/RES/68/237. Resolution adopted by the General Assembly on 23 December 2013 [without reference to a Main Committee (A/68/L.34)]. Proclamation of the International Decade for People of African Descent. 68^a session. 72nd plenary meeting. [S/l.]. 2p. 7 February 2014a. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/68/237. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. General Assembly. A/RES/69/16. Resolution adopted by the General Assembly on 18 November 2014 [without reference to a Main Committee (A/69/L.3)]. Programme of activities for the implementation of the International Decade for People of African Descent. 69^a session. [S/l.]. 12p. 1 December 2014b. Disponível em: http://www.un.org/en/events/africandescentdecade/pdf/A.RES.69.16_IDPAD.pdf. Acesso em: 15 out. 2015.

Data de submissão: 21/12/2016

Data de aceite: 29/12/2016